Parlamento Europeu
2019-2024

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

2023/0102(NLE)

17.10.2023

***

PROJETO DE RECOMENDAÇÃO

referente ao projeto de decisão do Conselho relativa à celebração do acordo entre a União Europeia e o Montenegro sobre as atividades operacionais realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no Montenegro
(08353/2023 – C9-0177/2023 – 2023/0102(NLE))

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

Relatora: Lena Düpont

Legenda dos símbolos utilizados

*	Processo de consulta
***	Processo de aprovação
***I	Processo legislativo ordinário (primeira leitura)
***II	Processo legislativo ordinário (segunda leitura)
***III	Processo legislativo ordinário (terceira leitura)

(O processo indicado tem por fundamento a base jurídica proposta no projeto de ato.)

ÍNDICE

Página

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU 5

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU

referente ao projeto de decisão do Conselho relativa à celebração do acordo entre a União Europeia e o Montenegro sobre as atividades operacionais realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no Montenegro (08353/2023 – C9-0177/2023 – 2023/0102(NLE))

(Aprovação)

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta o projeto de decisão do Conselho (08353/2023),

– Tendo em conta o Acordo entre a União Europeia e o Montenegro sobre as atividades operacionais realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no Montenegro (08354/2023),

– Tendo em conta o pedido de aprovação que o Conselho apresentou, nos termos do artigo 77.º, n.º 2, alíneas b) e d), do artigo 79.º, n.º 2, alínea c), e do artigo 218.º, n.º 6, segundo parágrafo, alínea a), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (C9-0177/2023),

– Tendo em conta o artigo 105.º, n.os 1 e 4, e o artigo 114.º, n.º 7, do seu Regimento,

– Tendo em conta a recomendação da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (A9-0000/2023),

1. Aprova a celebração do acordo;

2. Encarrega a sua Presidente de transmitir a posição do Parlamento ao Conselho, à Comissão e aos governos e parlamentos dos Estados-Membros e do Montenegro.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

a. Contexto

A decisão do Conselho proposta visa aprovar o Acordo relativo ao Estatuto entre a União Europeia e o Montenegro no quadro das ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no Montenegro, como prevê o Regulamento (UE) 2019/1896 relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira.

Uma das atribuições da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (a seguir designada «Agência») consiste em cooperar com países terceiros no que respeita aos domínios abrangidos pelo Regulamento relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, «incluindo através do eventual destacamento operacional de equipas de gestão das fronteiras em países terceiros». A Agência pode cooperar, na medida do necessário para o exercício das suas atribuições, com as autoridades competentes de países terceiros nos domínios abrangidos pelo Regulamento, e pode realizar ações relacionadas com a gestão europeia integrada das fronteiras no território de um país terceiro, sob reserva do consentimento desse país terceiro.

O objetivo do acordo relativo ao estatuto consiste em cobrir todos os aspetos necessários à realização das ações da Agência em países terceiros. Nos termos do artigo 73.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2019/1896, em circunstâncias que exijam o destacamento de equipas de gestão de fronteiras do corpo permanente da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira para um país terceiro em que os membros da equipa exercerão poderes executivos, a União celebra um acordo relativo ao estatuto com o país terceiro em causa.

Em conformidade com o Regulamento relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, e conforme referido no seu artigo 76.º, n.º 1, a Comissão apresentou, na sua comunicação COM(2021) 829, um modelo de acordo relativo ao estatuto, conforme referido no Regulamento (UE) 2019/1896, que contém disposições específicas para a realização de ações no território de países terceiros. O acordo relativo ao estatuto com o Montenegro baseia-se no modelo elaborado pela Comissão.

Em 10 de maio de 2023, a Comissão informou os relatores sobre os progressos realizados nas negociações sobre o acordo relativo ao estatuto entre a União Europeia e o Montenegro. O acordo foi assinado em Podgoritza, em 16 de maio de 2023.

b. Posição da relatora

No auge da crise da migração e dos refugiados, em 2015, centenas de milhares de requerentes de asilo e de migrantes chegaram à União Europeia através dos Balcãs Ocidentais, situando-se o Montenegro numa das principais rotas das deslocações mistas irregulares.

A relatora considera que a celebração de acordos formais e juridicamente vinculativos no quadro da cooperação com países terceiros, por oposição à celebração de um acordo bilateral, se reveste de importância crucial para garantir a transparência, o escrutínio público e o controlo democrático dessa cooperação. No entanto, quaisquer acordos celebrados entre a União Europeia e países terceiros sobre ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira devem ser cuidadosamente ponderados, ter um valor acrescentado e ser estritamente necessários e proporcionados em termos de finalidade e conteúdo.

A Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira e o Ministério do Interior do Montenegro devem respeitar as disposições do Regulamento GEFC e garantir o respeito pelos direitos fundamentais.

Em conclusão, a relatora considera que o acordo relativo ao estatuto proposto é coerente com o modelo de acordo relativo ao estatuto, como previsto na comunicação da Comissão sobre o conteúdo e as disposições que devem ser incluídas no acordo final.

Uma vez que este acordo entra em fase de execução, o Parlamento solicita à Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira que informe rapidamente o Parlamento Europeu das atividades realizadas no âmbito da aplicação do acordo relativo ao estatuto, e recorda à Agência a sua obrigação de incluir uma avaliação da cooperação com países terceiros nos seus relatórios anuais, em conformidade com o artigo 73.º, n.º 8, do Regulamento (UE) 2019/1896.

Tendo em conta o que precede, a relatora recomenda que o Parlamento aprove o projeto de decisão do Conselho.